O ESTADO DE S. PAULO | 22/07/18 | Coluna do Estadão

Pra todos... A EBC suspendeu o pagamento de uma gratificação de desempenho de atividade depois de o Sindicato dos Jornalistas questionar o benefício.

» **....Ou pra ninguém.** O valor era pago para estimular a meritocracia. O sindicato defende que seja concedido a todos os que desempenharem funções técnicas. Diante do impasse, a empresa pública acionou o Planejamento para definir critérios objetivos à concessão da gratificação de R$ 1 mil.

O GLOBO | 22/07/18 | ECONOMIA

Risco político nas agências

Nomes indicados por partidos são maioria nas diretorias de órgãos reguladores

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA

-BRASÍLIA- Levantamento feito pelo GLOBO em oito das 11 agências reguladoras federais mostra que, de 40 cargos executivos, 32 são ocupados por nomes indicados por políticos e outros três estão prestes a serem preenchidos pelo mesmo critério. Ou seja, 35 vagas são destinadas a pessoas ligadas a políticos. O MDB domina: apontou 18 diretores. Mas outras legendas também têm indicações — há nomes da época em que o PT estava no governo federal, por exemplo.

O loteamento político das agências reguladoras, alertam especialistas, interfere na atuação delas e pode até afetar a atração de investimentos para o Brasil, por criar insegurança jurídica. As agências são responsáveis por controlar a qualidade dos serviços prestados à população nos seus segmentos de atuação, como energia elétrica, telecomunicações, petróleo, rodovias, ferrovias e aeroportos. Elas definem regras para exploração da atividade por parte da iniciativa privada em setores que representam quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB), participam da elaboração de editais de licitação, firmam e fiscalizam contratos.

Os diretores são nomeados pelo presidente da República, passam por sabatina e precisam ter a indicação aprovada pelo Senado. Os mandatos de diretor são fixos. Eles podem ser reconduzidos uma vez e só saem do cargo mediante renúncia ou condenação judicial. Após levantar a formação das diretorias de oito desses órgãos, O GLOBO procurou cada um deles, apresentou os nomes considerados indicações políticas e pediu às agências que comentassem o assunto. Os políticos responsáveis pelas indicações e os partidos foram procurados. Entre as legendas com maior número de apadrinhados, o MDB não respondeu e o PT não comentou. Prestes a concluir seu mandato como diretorpresidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico epidemiologista Jarbas Barbosa critica as indicações políticas: — Muitas vezes, indicados de maneira política não têm nem a qualificação técnica nem a experiência de gestão, indispensáveis para exercer um cargo de uma agência regulatória.

Em segundo lugar, torna esse diretor privado de autonomia, um diretor que não pode dizer "não" a quem é, por exemplo, levado ou tem apoio do político que o indicou. Essa deveria ser uma prática banida. Profissional respeitado em sua área, ele chegou ao cargo indicado pelo ex-ministro da Saúde Arthur Chioro (PT). Na Anvisa, também há indicações feitas por políticos do MDB: os diretores Renato Porto e Fernando Mendes Garcia Neto. Ex-prefeito tucano de São Bernardo, William Dib chegou ao cargo apadrinhado pelo PPS e parte do PSDB. Já Alessandra Bastos foi indicada por Paulo Maluf (PP). Procurado, o PP não comentou o assunto.

ANS: DIRETORES SÃO SERVIDORES FEDERAIS - A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula os planos de saúde, é dominada por nomes do MDB. O presidente em exercício, Leandro Fonseca da Silva, foi apadrinhado pelo senador Romero Jucá (RR). Procurado, o senador não respondeu. Após a polêmica da regra que previa que os usuários de planos com franquia e coparticipação arcassem com 40% dos custos dos procedimentos — suspensa por decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia —, o diretor Rodrigo Rodrigues de Aguiar afirmou que a ANS "não é órgão de defesa do consumidor". A indicação de Aguiar, assim como a de Simone Sanches Freire, é atribuída ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). O senador preferiu não comentar.

Ainda na ANS, a indicação de outros dois nomes, que ainda nem assumiram, mostra que o loteamento político, a seis meses do término do governo Michel Temer, se mantém. Rogério Scarabel Barbosa, apadrinhado de Eunício, foi advogado de planos de saúde. Já Davidson Tolentino de Almeida foi indicado pelo senador Ciro Nogueira



(PP-PI). Este disse que Davidson desistiu do cargo e sequer foi sabatinado. De saída da agência, Karla Santa Cruz Coelho é indicação do PT. Segundo a ANS, seus diretores são servidores públicos federais — dois deles da própria agência —, todos com larga experiência de atuação. Simone entrou na ANS em 2002 e é servidora de carreira desde 2005; Aguiar entrou em 2007; Fonseca é servidor de carreira do Ministério do Planejamento; Karla Coelho é servidora da UFRJ e ingressou na ANS em 2001. Em nota, a agência reiterou "que a atuação da diretoria é pautada em decisões de caráter técnico, transparência e na defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde." Outro reduto do MDB é a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O próximo diretor-geral, André Pepitone — que já é um dos diretores da agência —, foi recomendação do senador Edison Lobão e do ex-presidente José Sarney. Os dois políticos do Maranhão também indicaram o diretor Sandoval de Araújo Feitosa. Lobão afirmou que são técnicos de carreira, qualificados para o cargo. A assessoria de Sarney disse que ele não tem tido atividades políticas e não participou das indicações. A Aneel não respondeu. Outro que ainda não assumiu, mas cujo nome já foi submetido ao Senado, Efrain Pereira da Cruz foi apadrinhado pelo senador Valdir Raupp (MDB-RO). Este não foi localizado para comentar.

Já Rodrigo Limp foi indicado pelo deputado José Carlos Aleluia (BA) e pelo senador Davi Alcolumbre (AP), ambos do DEM. Aleluia disse considerar Limp "um dos melhores técnicos do setor em Brasília". Alcolumbre e o DEM não responderam. O atual diretor-geral, Romeu Rufino, e o diretor Tiago Correia foram indicados pela ex-presidente Dilma Rousseff. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem nomes ligados ao MDB. Técnico da casa, Leonardo Euler chegou a diretor após apoio de políticos de Goiás, como o deputado Daniel Vilela (MDB). — Leonardo é oriundo do primeiro concurso da agência e se tornou também o primeiro servidor de carreira a ser alçado ao cargo de conselheiro, além de ter trabalhos acadêmicos premiados na área de regulação econômica de telecom. Reúne todas as condições de competência e mérito — disse Vilela. Emmanoel Campelo, por sua vez, chegou ao cargo por indicação do senador Garibaldi Alves (MDB-RN). Este ressaltou que o processo obedeceu a critérios técnicos. Eunício Oliveira indicou Otavio Luiz Rodrigues Junior, e o PT colocou na diretoria o ex-senador do partido pelo Acre Aníbal Diniz.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, foi apontado pelo ministro das Comunicações, Gilberto Kassab (PSD). Este disse que Quadros é um técnico reconhecido no setor: foi secretário-executivo e ministro das Comunicações na época da privatização do sistema Telebrás. Procurada, a Anatel não comentou. O PR, por sua vez, indicou o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Mário Rodrigues Júnior — citado em depoimentos da Lava-Jato —, e o diretor Sérgio de Assis Lobo. A direção do PR informou que não comenta atos administrativos, "sobretudo no que diz respeito à nomeação de técnicos". Os outros nomes da agência — Weber Ciloni, Marcelo Vinaud Prado e Elisabeth Alves da Silva Braga — são do MDB. A ANTT afirmou que a indicação para esses cargos é "prerrogativa da Presidência da República". E não respondeu sobre a citação do seu diretor- geral em depoimentos da Lava-Jato. Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), dois diretores, Mário Povia e Francisval Mendes, foram indicados pelo PR, e Adalberto Tokarski, pelo MDB.

A Antaq informou que, depois que o Congresso apreciar o projeto de lei que dará novas diretrizes às agências reguladoras, "aguardará o momento oportuno para se pronunciar". O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Ricardo Botelho Queiroz, é da Polícia Federal e fez parte da equipe segurança de Dilma. A Aeronáutica tem um representante no órgão, o brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior. A Força Aérea nega ser responsável pela indicação.

Já Ricardo Sérgio Maia Bezerra seria apadrinhado pela exministra da Casa Civil Erenice Guerra e pelo PTB — mas o partido nega a indicação. Juliano Alcântara Noman e Ricardo Fenelon Júnior são ligados ao MDB. Procurada, a Anac não respondeu. Já a Agência Nacional do Petróleo (ANP) tem nomes próximos ao mercado, como o diretor-geral, Décio Oddone, mas Aurélio Amaral é próximo ao PC do B. A ANP disse que seus diretores são indicados pela Presidência, com aprovação do Senado.

Colaboraram Eliane Oliveira e Leticia Fernandes

LIGAÇÕES PARTIDÁRIAS

DE 40 EXECUTIVOS DAS 8 PRINCIPAIS AGÊNCIAS, 35 TÊM INDICAÇÃO POLÍTICA

CARGOS: PRESIDENTE · DIRETOR-PRESIDENTE · DIRETOR-GERAL · DIRETOR

	FUNCIONÁRIO	COMO CHEGOU NO CARGO	CONEXÃO POLÍTICA
ANAC	José Ricardo Pataro Botelho Queiroz	Policial federal, fez parte da equipe de segurança de Dilma Rousseff	PT
	Hélio Paes de Barros Júnior	É brigadeiro, indicado pela Aeronáutica	–
	Ricardo Sérgio Maia Bezerra	Indicado pelo PTB; apadrinhado pela ex-ministra Erenice Guerra	PTB
	Juliano Alcântara Noman	Apadrinhado pelo MDB mineiro; ligado ao ex-ministro Mauro Lopes	MDB
	Ricardo Fenelon Júnior	Indicado pelo MDB; genro do senador Eunício Oliveira (MDB-CE)	MDB
ANTT	Mário Rodrigues Júnior	Indicado pelo PR	PR
	Weber Ciloni	Pelo deputado Baleia Rossi (SP)	MDB
	Sérgio de Assis Lobo	Indicado pelo PR	PR
	Marcelo Vinaud Prado	Indicado pelo MDB	MDB
	Elisabeth Alves da Silva Braga	Indicado pelo MDB; ligado ao ministro Eliseu Padilha	MDB
ANTAQ	Mário Povia	Indicado pelo PR	PR
	Francisval Mendes	Indicado pelo PR	PR
	Adalberto Tokarski	Indicado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM)	MDB
ANEEL	Romeu Rufino	Da cota da ex-presidente Dilma Rousseff	PT
	André Pepitone (futuro dir-geral)	Indicado por Edison Lobão (MDB-MA) e José Sarney	MDB
	Efrain Pereira da Cruz*	Indicado pelo senador Valdir Raupp (MDB-RO)	MDB
	Sandoval de Araújo Feitosa	Indicado por Lobão e Sarney	MDB
	Rodrigo Limp Nascimento	Indicado por José Carlos Aleluia (DEM-BA) e Davi Alcolumbre (DEM-AP)	DEM
	Tiago Correa	Da cota da ex-presidente Dilma Rousseff	PT
ANATEL	Juarez Quadros	Indicado por Gilberto Kassab (PSD)	PSD
	Emmanoel Campelo	Indicado pelo senador Garibaldi Alves (MDB-RN)	MDB
	Leonardo Euler	Apoiado pelo deputado Daniel Vilela (MDB-GO)	MDB
	Otavio Luiz Rodrigues Junior	Indicação de Eunício Oliveira	MDB
	Aníbal Diniz	Ex-senador petista pelo Acre. Indicado pelo PT	PT
ANS	Leandro Fonseca da Silva	Apadrinhado pelo senador Romero Jucá (MDB-RR)	MDB
	Karla Santa Cruz Coelho	Indicada pelo ex-ministro Arthur Chioro (PT)	PT
	Simone Sanches Freire	Indicada por Eunício Oliveira	MDB
	Rodrigo Rodrigues de Aguiar	Indicado por Eunício Oliveira	MDB
	Rogério Scarabel Barbosa*	Indicado por Eunício Oliveira	MDB
	Davidson Tolentino de Almeida*	Indicado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI)	PP
ANVISA	Jarbas Barbosa	Indicado pelo ex-ministro Arthur Chioro (PT)	PT
	Renato Porto	Indicado por Eunício Oliveira, com o apoio do MDB	MDB
	Fernando Mendes Garcia Neto	Indicado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL)	MDB
	William Dib	Ex-prefeito de São Bernardo, apadrinhado pelo PPS	PPS
	Alessandra Bastos	Indicada por Paulo Maluf (PP)	PP
ANP	Décio Oddone	Alinhado ao mercado. Passou por Petrobras e Prumo	–
	Aurélio Cesar Nogueira Amaral	Indicado por Dilma; próximo ao PCdoB	PCdoB
	Dirceu Cardoso Amorelli Junior	Servidor da agência desde 2005	–
	Felipe Kury	Advogado, nome do mercado	–
	José Cesário Cecchi	Economista, servidor da agência	–

*AINDA NÃO ASSUMIRAM

Editoria de Arte

Ao assumir o governo, o MDB fez trocas nas diretorias de várias agências

NÚMERO DE INDICAÇÕES · PARTIDO QUE INDICOU

18 MDB

6 PT

4 PR

2 PP

1 PCdoB
1 PPS
1 PTB
1 DEM
1 PSD

Apenas 5 profissionais não têm indicação política clara

O GLOBO | 22/07/18 | ECONOMIA

Especialistas defendem adoção de critérios técnicos nas nomeações

Projeto de lei impede 2º mandato, mas permite indicações políticas

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA

BRASÍLIA- Indicações políticas para cargos nas agências reguladoras criam dificuldades para regulação dos setores e para os consumidores, devido a decisões sem embasamento técnico, além de deixar brechas para a corrupção. Especialistas apontam o risco de decisões que não atendam às necessidades da população ou que afugentem investidores. Renato Sucupira, sócio da BF Capital, argumenta que o aparelhamento das agências reguladoras gera receio de mudanças de regras para atender a interesses específicos. Essa é uma das maiores preocupações de investidores, especialmente estrangeiros, que miram no longo prazo.

— No fundo, essas indicações sempre trazem retorno para os políticos — diz Sucupira. Já o presidente da Associação Nacional dos Servidores das Agências Reguladoras Federais (Unareg), Thiago Botelho, considera que o problema nas indicações políticas ocorre quando um diretor não tem a qualificação necessária para o cargo: — Não podemos criminalizar ninguém por ter um apoio político. O problema é quando um diretor só tem apadrinhamento. Quando o apadrinhamento é de um técnico reconhecido, um servidor de carreira, não é problemático — afirma.

RECEIO DE MUDANÇA NAS REGRAS

O economista Gesner Oliveira, da GO Associados, ressalta que o loteamento político das agências eleva o risco de decisões parciais, sobretudo em questões cruciais para os investidores e consumidores, como tarifas. Segundo ele, a função de regular e fiscalizar deveria exigir recrutamento rigoroso, feito por empresa especializada: — Precisamos estabelecer critérios para que as decisões sejam sempre técnicas e imparciais. Um caso emblemático é o da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em 2007, quando ocorreu o caos aéreo, toda a diretoria do órgão, composta por pessoas de fora do setor e apadrinhados políticos, caiu. Pesou a falta de preparo para enfrentar a crise.

O então ministro da Defesa, Nelson Jobim, abriu processo administrativo disciplinar para afastar os diretores. Em 2012, a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, resultou no afastamento de diretores da Anac e da Agência Nacional de Águas (ANA), nomeados pelo PT, por supostas irregularidades, como venda de pareceres técnicos. Especialistas também apontam como negativa a recondução de diretores e presidentes das agências, permitida na legislação atual. Isso porque avaliam que os diretores procurariam agradar ao mercado no primeiro mandato para não enfrentar resistências no segundo. O projeto de lei em tramitação no Congresso que trata da profissionalização das agências reguladoras proíbe a recondução.

Mas, em uma manobra na Câmara, foi retirada do texto a vedação à indicação de políticos e familiares. A proposta voltará ao Senado. Pesquisador das relações entre setor público e privado, Sérgio Lazzarini, professor do Insper, de São Paulo, considera lamentável a ingerência política nas agências reguladoras. Segundo ele, isso significa menos investimento para o país: — Para que existe uma agência? Para definir regras claras para os setores onde elas atuam. Por isso, é preciso colocar gente boa, conhecedora e respeitada. Caso contrário, ficará o receio de que as regras possam mudar no meio do jogo para atender a interesses de políticos. Ainda assim, Lazzarini mantém a expectativa de que o Congresso aprove um projeto que profissionalize as agências.

OUVIDORIA E EXPERIÊNCIA PRÉVIA

Enquanto as indicações para os



órgãos de regulação seguem a todo vapor, uma comissão da Câmara aprovou, no último dia 11, um parecer que volta a permitir indicações políticas para a diretoria ou conselho de administração de estatais. O veto começou em 2016, ano em que foi aprovada a Lei das Estatais, proibindo indicações para esses cargos de pessoas que tenham atuado nos três anos anteriores em partidos políticos ou em trabalho vinculado a campanhas eleitorais.

O objetivo da Lei Geral das Agências Reguladoras é garantir autonomia às autarquias, dar mais transparência à regulação e estabelecer medidas para evitar interferência no trabalho dos órgãos reguladores. Diferentemente das estatais, que, após a aprovação da lei, tiveram de aumentar as exigências para preencher cargos, os únicos critérios para ser indicado à direção de uma agência reguladora são formação superior e conduta ilibada.

A proposta aprovada na Câmara exige que todas as agências tenham ouvidoria e encaminhem ao Congresso um plano de gestão anual. Pelo projeto, o mandato do presidente e dos diretores será de cinco anos, não coincidentes, sem recondução. Os candidatos a uma vaga na diretoria colegiada deverão comprovar experiência de cinco anos. Haverá uma seleção pública para formar lista tríplice a ser apresentada ao presidente da República. O indicado pelo Planalto será sabatinado pelo Senado.

Colaboraram Eliane Oliveira e Leticia Fernandes

O GLOBO | 22/07/18 | ECONOMIA

Corpo a corpo / Roberto Romano

"Políticos estão fazendo lobby disfarçado"

Para professor de Ética e Política da Unicamp, loteamento prejudica serviços e afeta independência de diretores

Qual é o impacto do loteamento político das agências para o cidadão?

É um desastre que se repete na cultura brasileira, o do que é dando que se recebe. É o uso do bem público em proveito privado. O impacto para o consumidor é a piora cada vez maior dos serviços públicos.

Muitas vezes, os políticos argumentam que as indicações são de nomes técnicos...

Não adianta ter currículo. O que é preciso ter é autonomia administrativa na execução de planos que são de Estado, e não de políticos e partidos. Quando você tem formação técnica, mas não tem autonomia, vai prestar contas a um coronel político.

As indicações feitas por políticos interferem nos serviços prestados?

Esses são órgãos de Estado, e não políticos. A performance dessas agências é a pior possível. Isso vai afastar cada vez mais o já afastado cidadão do controle dos serviços públicos.

Como o senhor vê as movimentações da Câmara para alterar a Lei das Estatais e voltar a permitir políticos nessas empresas?

A cultura do apadrinhamento é causa de corrupção em Estados altamente democráticos, como EUA e Alemanha. Isso que eles, políticos, estão fazendo no Brasil é lobby disfarçado. Estão nomeando lobistas que trabalharão para eles e para agentes privados.

O apadrinhamento é o pai de boa parte do Estado brasileiro e da vida pública nacional. Há um ditado, da Grécia democrática, que diz que tirano é aquele que usa os bens dos governados como se fossem seus. Esses deputados e senadores, na calada da noite, estão estabelecendo uma tirania insustentável e injustificada num Brasil democrático. (M.V.)

FOLHA DE SÃO PAULO | 22/07/18 | EDITORIAL

Mobilidade travada

A mobilidade urbana é um nó a ser desfeito nas maiores cidades brasileiras, onde a população experimenta excruciante rotina de vias congestionadas, ônibus lotados, escassas alternativas de transporte sobre trilhos e demoradas viagens entre bairros afastados e regiões mais centrais que concentram a oferta de emprego.

Embora iniciativas relevantes tenham surgido nos últimos anos, parte delas em torno da realização de grandes eventos, como a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, as deficiências se acumulam.

Além de insuficientes, nem todas as propostas de melhoria saíram do papel, e algumas já apresentam problemas de conservação.

O drama do transporte público brasileiro tem origem em fatores socioeconômicos e em decisões duvidosas tomadas pelo Estado ao longo de décadas.

No século passado, o forte crescimento demográfico e o processo de urbanização fomentaram uma vertiginosa expansão das cidades sem a necessária infraestrutura e com planejamento precário.

Simultaneamente, os esforços de modernização e de desenvolvimento industrial, que se renovaram no pós-Guerra, levaram o Brasil a optar pela predominância do modelo rodoviário, com o uso intensivo do automóvel.

Nesse quadro, coube ao ônibus, muito mais do que ao trem e ao metrô, assumir a função de principal meio coletivo, numa disputa ferrenha pelo espaço viário com a frota de carros em contínua ampliação.

Foi apenas na década de 1970 que o Brasil deu início, em São Paulo e a seguir no Rio de Janeiro, à construção de linhas de metrô —que já existiam em cidades europeias desde o final do século 19.

Mas os custos elevados e a morosidade do poder público não têm permitido que a malha de trilhos, subterrâneos ou não, cumpra o papel desejado pela população.

Como mostra caderno especial publicado no sábado (21) por esta Folha, carro e ônibus continuam a ser os principais meios de transporte, cada um proporcionando cerca de 16% dos deslocamentos, enquanto trens e metrôs respondem por apenas 2,4%.

Para combater os transtornos causados pelo excesso de automóveis nas cidades e a carência de investimentos em meios coletivos, mostra-se imperativo conter a primazia do transporte individual.

Em contrapartida, os centros mais populosos precisam desenvolver seus sistemas de modo eficiente e racional. Parece recomendável, nesses casos, a atuação de uma autoridade metropolitana capaz de planejar e harmonizar as redes de municípios conurbados.

A questão mais espinhosa diz respeito ao financiamento da expansão do transporte num país de renda média —que atravessa, ademais, período de grave sangria nas contas governamentais.



Na quase totalidade das cidades brasileiras, depende-se basicamente do valor arrecadado com as tarifas paga pelos passageiros, que nem sempre são suportadas pelas camadas mais pobres.

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao Planejamento) estima que cerca de 30% das famílias na base da pirâmide social deixam de usar os meios coletivos por falta de dinheiro.

Em termos de subsídios ao setor, São Paulo é a grande exceção entre as capitais do país. O usuário paulistano arca com 50% dos custos, e a prefeitura, com 38%. O restante é coberto por vale-transporte (10%) e outras receitas (2%).

Essa equação representa um alívio para a população e as empresas do setor, mas é opção que retira investimentos de outros setores e onera as contas municipais.

Um caminho a ser estudado é o da busca de outras fontes de recursos. Faz sentido, em tese ao menos, que parte delas provenha do transporte individual.

Além da implantação de pedágios urbanos e da redução da oferta de vagas gratuitas para estacionamento nas vias, é preciso considerar uma revisão criteriosa de incentivos tributários concedidos à indústria de veículos.

Outra possibilidade é a aplicação de uma alíquota sobre a venda de combustíveis usados em automóveis —tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição com esse objetivo.

Interessada na medida, a Frente Nacional de Prefeitos estima que um aumento de 6% no preço do litro de combustível poderia proporcionar uma queda de até 25% nas tarifas de ônibus ou metrô. Esta serviria também para compensar eventual impacto inflacionário do encarecimento da gasolina.

Também podem ser mais bem planejadas as gratuidades oferecidas a idosos, estudantes e outros segmentos, que não atendem a critérios de renda —nesse modelo, usuários mais pobres acabam por financiar grupos que poderiam pagar ao menos parte da passagem.

Como melhorar o transporte

> **Restringir a circulação de carros**, adotar pedágio urbano e reduzir oferta de vagas gratuitas

> Criar **autoridades metropolitanas** para coordenar sistemas em municípios conurbados

> Estudar **fontes alternativas de receita** como taxação de combustíveis e eliminação de incentivos fiscais para transporte individual

> **Conter a expansão de cidades** e estimular a ocupação de áreas com infraestrutura e oferta de trabalho

> Melhorar a **circulação de ônibus** por meio de faixas exclusivas e corredores expressos

> Reestudar o **sistema de gratuidades**, dando preferência a usuários de baixa renda

FOLHA DE SÃO PAULO | 22/07/18 | MERCADO

Governo deu R$ 173 bi em subsídios a programas sem efeitos, diz estudo

Pesquisa inédita do Ipea avaliou 20 projetos e identificou que ao menos quatro foram inócuos

Julio Wiziack e Maeli Prado

Estudo inédito coordenado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) avaliou 20 programas de subsídios do governo federal.

Pelo menos em quatro deles o país gastou, desde o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), R$ 173 bilhões sem que os objetivos fossem alcançados.

O valor acumulado com esses gastos equivale a mais do que o déficit primário do país que, no ano passado, foi de R$ 124 bilhões e está em franca ascensão com a tramitação no Congresso de projetos que podem elevar as despesas em R$ 68 bilhões em 2019 sem receitas para compensá-los.

O Ipea é vinculado ao Ministério do Planejamento. É a primeira vez que um órgão az um estudo para avaliar a efetividade de uma despesa.

Há quase uma década, o TCU (Tribunal de Contas da União) recomenda que os ministérios avaliem o desempenho dos programas, especialmente dos benefícios concedidos via fundos setoriais — que não entram no Orçamento.

Até hoje, os incentivos federais foram concedidos sem avaliação das contrapartidas.

"Diante de um quadro de aperto fiscal, o Brasil não pode mais fazer gastos sem levar em conta o retorno", diz Alexandre Iwata de Carvalho, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea.

"A avaliação do efeito dos subsídios precisa estar bastante clara, com uma análise da sustentabilidade dos benefícios", afirma o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. "Vai trazer benefício de renda, emprego ou vai virar margem para o empresário?"

O trabalho será publicado em livro em agosto.

No levantamento feito para a Folha foram considerados o PSI (Programa de Sustentação do Investimento), o Profrota Pesqueira, a desoneração da folha de pagamento e o Prouca (Programa um Computador por Aluno) porque os demais, na avaliação do Ipea, surtiram algum resultado.

Dentre esses outros programas estão o seguro e o crédito rural e o Plano Nacional de Banda Larga.

Segundo os pesquisadores, o Profrota Pesqueira, que alocou recursos do Fundo da Marinha Mercante a partir de 2004, consumiu cerca de R$ 1 bilhão por ano para linhas de financiamento sem que houvesse renovação de frota.



Ou seja: os recursos foram usados para outras finalidades. Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores checaram dados disponíveis até 2015, principalmente em regiões que, de acordo com a Rais (Relação Anual de Informações Sociais), são fortes em atividade pesqueira.

"A frota não foi renovada e, pior, o programa parece ter influenciado o engajamento em outras atividades [que não a pesca]", afirma Adolfo Sachsida, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

Procurado para comentar o estudo, o Ministério dos Transportes, que herdou o programa do extinto Ministério da Pesca, disse que o teto para o Profrota Pesqueira, estabelecido em lei, é de R$ 300 milhões por ano, e o Fundo da Marinha Mercante pode contribuir com R$ 140 milhões desse limite máximo.

Conhecido como bolsa-empresário, o PSI foi um dos principais programas de Lula.

Lançado em 2009, tentava tirar a economia do buraco após a crise de 2008 financiando máquinas, equipamentos, caminhões, ônibus e máquinas agrícolas.

Suas taxas de juros chegaram a ser menores do que as linhas com juros mais baixos do BNDES.

Foi encerrado em 2016, após consumir R$ 54,5 bilhões apenas com equalizações de financiamentos.

Isso porque, para bancar o programa, o Tesouro emitiu títulos pagando juros mais elevados do que as taxas cobradas pelo BNDES dos tomadores do programa.

Segundo os pesquisadores, o PSI não gerou emprego e só serviu para alguns setores, especialmente grandes empresas, que tinham condições de tomar crédito no mercado.

Para chegar a essa conclusão, criaram um modelo econômico batizado de sintético, em que simularam a economia de um país com dados de países parecidos com o Brasil e que não dispuseram de um programa similar.

Na gestão de Dilma Rousseff (PT), o governo ficou sem pagar a equalização dos juros do PSI ao BNDES por praticamente quatro anos —atraso conhecido como pedalada.

O banco implementou uma política de governo com capital próprio, o que é proibido. Isso contribuiu com o processo de impeachment.

Victor Pina, chefe do Departamento de Avaliação do BNDES, lembra que o programa fez parte de uma política anticíclica de governo, ou seja, não nasceu no banco.

Para ele, o PSI cumpriu seu objetivo no começo.

"O programa teve capacidade de alavancar investimentos no início. Mas reconhecemos que essa capacidade foi sendo reduzida ao longo do tempo."

Pina afirma que o programa não beneficiou somente as grandes empresas. "Mais de 50% dos desempenhos foram para pequenas e médias."

Outra medida de estímulo à economia, a desoneração da folha de pagamento, consumiu R$ 106,s bilhões e, segundo o Ipea, não gerou emprego, como pretendia o governo quando lançou a medida.

"Esses programas deveriam ter prazo determinado", afirma Rachid. "A cada período, isso deve ser

reavaliado. Vale a pena? É renovado."

Para elevar as notas dos alunos da rede pública, foi lançado, em 2010, o Prouca (Programa um Computador por Aluno).

Segundo dados do Ministério da Fazenda, foram gastos R$ 43 milhões na compra de notebooks. Mas muitas escolas nem sequer tinham energia. Em outras, os equipamentos deixaram de funcionar por falta de manutenção.

"O resultado foi que os alunos não tiveram aproveitamento algum", afirma Carvalho, diretor do Ipea.

Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores avaliaram o desempenho de alunos do programa na Prova Brasil com um grupo de controle formado por alunos com as mesmas características socioeconômicas e que não participaram do programa.

Procurado pela reportagem, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, afirmou que cuidou apenas da normatização e do suporte às questões financeiras do Prouca.

"A partir da implementação, a infraestrutura e a continuidade do programa nas escolas passaram a ser responsabilidade das secretarias estaduais de Educação."

Embora também nunca tenha sido estudado pelo governo, o PNBL (Programa Nacional de Banda Larga), criado em 2010 por Lula para massificar a internet e, assim, ajudar na geração de renda das famílias, deu algum resultado, afirma o Ipea.

Dados do instituto mostram que o programa forçou as teles a levar a oferta de internet amais de 5.300 localidades no país até 2016, quando foi tecnicamente encerrado.

"Nesse programa existiu efeito econômico", diz Carvalho. "Verificamos que, em cidades que tiveram o acesso de internet dobrado pelo programa, o PIB per capita cresceu, em média, 1%."

Os programas estudados pelo Ipea que não trouxeram retorno

	Desoneração da folha de pagamento	**PSI** (Programa de Sustentação do Investimento)
O que é	Lançado em 2012, o programa permitia que a contribuição patronal à Previdência incidente sobre a folha de pagamentos pudesse ser substituída por uma contribuição sobre o faturamento das empresas. Será extinto até 2021	Lançado em 2009 e apelidado de bolsa empresário, financiava investimentos em máquinas, equipamentos, caminhões, ônibus e máquinas agrícolas a taxas de juros que chegaram a ser menores do que as linhas mais baratas do BNDES. Terminou em 2016
Problema encontrado	Não gerou empregos, que é o que o governo pretendia com a medida	Não gerou empregos e só serviu a alguns setores, em especial grandes empresas, que tinham condições de tomar crédito no mercado
Impacto fiscal (em R$)	106,5 bi	54,5 bi

	Profrota Pesqueira	**Prouca** (Programa um Computador por Aluno)
O que é	Lançado em 2004, o programa, voltado para oferecer linhas de financiamento para renovação e ampliação da frota pesqueira, alocou recursos do Fundo da Marinha Mercante a partir de 2004, entre outras fontes de recursos	Lançado em 2010, o programa tinha como objetivo adquirir notebooks para melhorar as notas de alunos da rede pública
Problema encontrado	O programa consumiu recursos sem que a frota fosse efetivamente renovada	Muitas escolas nem sequer tinham energia para o funcionamento dos notebooks. Em outras, os equipamentos deixaram de funcionar sem disponibilidade de especialistas para manutenção
Impacto fiscal (em R$)	12 bi	43 mi

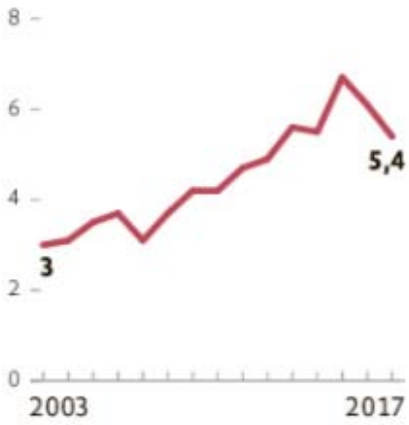
Fontes: Ipea e Ministério da Fazenda

R$ 173 bilhões foi o valor gasto com esses quatro programas que, segundo levantamento do Ipea, não surtiram efeito

Raio-X dos gastos da União com subsídios

País gasta mais de 5% do PIB com **incentivos** sem avaliar o resultado

Soma dos subsídios fiscais, benefícios financeiros e creditícios, em % do PIB



Os programas que mais geram **perda de arrecadação**

Em R$ bilhões, entre 2003-2017

Simples Nacional	798,9
Zona Franca de Manaus*	448,1
Isenções e deduções do IRPF	319,8
Entidades sem fins lucrativos	261,8
Desoneração da cesta básica	230,8
Fundos constitucionais**	164,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	164,5
Empréstimos da União ao BNDES	160,3
Minha Casa, Minha Vida	106,9
Desoneração da folha de pagamentos	104,9

*inclui outras áreas de livre comércio
**inclui FNE, FNO e FCO
Fontes: Ministério da Fazenda e Ipea